

A RESERVA DE VAGAS EM CONCURSO PÚBLICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UFPEL COMO FORMA DE INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA INSTITUCIONAL

FLÁVIA LUCIMERI RODRIGUES DE FREITAS¹; ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹Universidade Federal de Pelotas – flaviaufpelrs@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada por muralhas, tanto físicas como atitudinais, sendo que muitas barreiras foram sendo construídas a fim de separar indivíduos, considerando-os ou “sadios” ou “deficientes”. Segundo Rabindranath Tagore:

Na longínqua Grécia a civilização amadureceu entre as muralhas de suas cidades; nas civilizações modernas, a cultura também foi confinada entre muralhas. Esta defesa material deixou marca profunda na alma dos homens, introduzindo na nossa inteligência a fórmula ‘dividir para reinar’, isto é, o costume de cercar o terreno conquistado com muros protetores que o separe do resto do mundo. (APUD GUGEL, 2016)

Na história antiga, pessoas com deficiência eram submetidas ao abandono e ao sacrifício. Segundo GARCIA (2011), durante a História Antiga e Medieval, às pessoas com deficiência eram concedidos basicamente dois tipos de tratamento: “a rejeição e eliminação sumária, de um lado, e a proteção assistencialista e piedosa, de outro.” (...) tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência.”

Dos desafios da pessoa com deficiência, o mercado de trabalho é sem dúvida uma das maiores barreiras enfrentadas. Em que pese o surgimento nas últimas décadas de legislações a fim de garantir maior acessibilidade e inclusão ainda existem muitas barreiras, estereótipos e preconceitos, tanto na esfera pública como privada (GUGEL 2016).

A exclusão das pessoas com deficiência está presente em nossa sociedade há séculos e ainda hoje, mesmo após muitos movimentos históricos de lutas por direitos, é latente a necessidade de discutirmos a sua presença nos diversos espaços sociais, em especial no espaço de um trabalho que possa trazer dignidade, sentimento de pertencimento (THOMPSON, 2000) e de serem protagonistas de suas próprias histórias (MAGALHÃES, 2016).

O presente trabalho faz parte de um Projeto maior de pesquisa que está sendo desenvolvido no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e busca realizar um estudo sobre a história de inserção das pessoas com deficiência no quadro de servidores da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) oriundos da reserva de vagas em concurso público. Tal estudo é importante, de modo a revelar tanto como a instituição vem historicamente conduzindo esse processo, bem como a subjetividade que marca a participação das pessoas com deficiência como atores sociais, especialmente no contexto do trabalho.

A Constituição Federal Brasileira passou a prever, por meio da Emenda Constitucional nº 19 de 1998, a reserva de vagas para as pessoas com deficiência em

concursos públicos. Na esfera pública, a Lei nº 8.112/1990, que regulamentou a reserva de vagas no serviço público federal, estabeleceu um limite máximo de 20% para esta reserva. A partir do ano de 1999 com o decreto nº 3.298/1999 é que foi estabelecido um percentual mínimo de 5% de reserva de vagas em concursos públicos para as pessoas com deficiência.

Sem desconsiderarmos as críticas existentes quanto a falta de melhores parâmetros nas leis e nos editais dos concursos públicos, em relação aos percentuais mínimos e máximos da reserva de vagas, devemos lembrar que a reserva de cargos em concursos públicos constitui-se em um processo histórico de conquista de direitos. Portanto, a sociedade e suas instituições devem zelar por essa garantia constitucionalmente conquistada. Neste ponto, a Universidade Federal de Pelotas, órgão federal de educação superior, pode ter um papel fundamental na efetivação da acessibilidade e inclusão dos servidores que sejam pessoas com deficiência, não só dentro da Instituição, mas para além dos muros da Universidade – para a sociedade a que serve.

O mencionado trabalho tem por objetivo geral a realização de uma análise qualitativa a partir do tempo presente, das experiências dos servidores com deficiência da UFPel, por meio de suas histórias de vida, associando os relatos encontrados com o trabalho desempenhado na Instituição.

Com os objetivos específicos pretendemos: mapear os processos e documentos da UFPel; desde o edital até o efetivo desempenho das atividades do servidor que seja pessoa com deficiência; verificar quais setores da Universidade estão ou deveriam estar envolvidos no processo de inclusão destes servidores; refletir sobre a importância destes servidores internamente e externamente no contexto de diminuição das desigualdades sociais e promoção da cidadania; entender como têm-se estabelecido o seu sentimento de pertencimento dentro da Instituição e no contexto social em que vivem para a construção da identidade; contribuir para qualificar os espaços tanto físicos quanto de recursos humanos para promoção de inclusão e acessibilidade.

2. METODOLOGIA

As fontes dialogam umas com as outras, conforme (CRUZ & PEIXOTO, 2007), para melhor compreensão de uma cena histórica é importante que as fontes dialoguem entre si, por esta razão, não nos furtaremos a realizar tal diálogo em nossa pesquisa. Serão realizadas pesquisas em: legislações e banco de dados governamentais sobre o tema; documentos e registros da própria Universidade que tratem sobre quando e como se deu o ingresso e a permanência de servidores – oriundos de cotas para pessoas com deficiência no âmbito da Instituição. Serão analisados também o cumprimento da UFPel de legislações e existência de normas internas que possam contribuir com o aprofundamento do trabalho.

A pesquisa está sendo feita a partir de dados obtidos junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da UFPel sobre o número de pessoas com deficiência ingressantes por cotas de concurso público no seu quadro de servidores. Dentro da estrutura da PROGEP, se verificará em seus diversos núcleos como é feito o acompanhamento do citado ingresso, desde a inscrição no concurso público (a cargo da Coordenação de Desenvolvimento de Concursos (CODEC), passando pelo setor de Perícias (a fim de verificação da existência de equipe multidisciplinar) e culminando no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) para averiguação da história institucional deste núcleo e sua importância para a promoção da inclusão na UFPel.

Junto a Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN) da UFPel será feito uma análise dos procedimentos adotados, como a aplicação do desenho universal e das adaptações razoáveis nos ambientes físicos da instituição para analisar, conforme observado por GUGEL (2016), a diminuição ou eliminação das barreiras físicas ambientais.

Serão realizadas entrevistas de história oral com servidores, ingressantes por cotas de pessoas com deficiência, a fim de investigar a partir do tempo presente, as suas histórias de vida e trajetória dentro da UFPel. Conforme THOMPSON (2000), a melhor pesquisa em história oral é a que reúne evidências da pesquisa quantitativa e da pesquisa qualitativa, portanto, além das entrevistas com os mencionados servidores utilizaremos dados quantitativos da própria instituição em relação ao número total de servidores (tanto técnicos quanto docentes) e dados de institutos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a fim de levantamento e cruzamento dos dados relacionados a população de pessoas com deficiência.

De acordo com THOMPSON (2000) há uma riqueza em potencial que pode ser explorada pela história oral tanto no Brasil quanto internacionalmente e a escuta das pessoas possibilita entendermos melhor os nossos passados e criarmos memórias nacionais mais ricas, construindo assim, um futuro mais democrático, melhor e mais amável.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dedicamos este primeiro ano ao desenvolvimento e delimitação do projeto de pesquisa, bem como foram feitas leituras para aprofundamento teórico e metodológico sobre o tema. Analisamos dados e documentos institucionais que trouxeram resultados sobre a população de servidores ingressantes por meio de cotas em concursos público, como por exemplo, o número destes servidores. Em números, a UFPEL tinha em janeiro de 2020, 29 servidores¹ ingressantes por cotas de pessoa com deficiência que em comparação com o número total de servidores da instituição na mesma data - 2.632 servidores (entre técnicos e docentes), resultou em um percentual de 1,1% do universo total.

Analisamos também, o Plano Institucional de Acessibilidade 20116-2020², que prevê metas a curto, médio e longo prazos a serem cumpridas pela Universidade na promoção da inclusão e acessibilidade institucional. Em relação as entrevistas, já conseguimos contato com possíveis entrevistados, sendo que, pretendemos, já no mês de outubro deste ano, mesmo em face a pandemia de Coronavírus realizar uma primeira pré-entrevista de maneira *on line*, que, conforme (SANTHIAGO & MAGALHÃES, 2020) comporá parte do relato de um dos servidores entrevistados.

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho é original, visto que embora existam estudos sobre a história das pessoas com deficiência no Brasil, não há estudo específico acerca do tema envolvendo o ingresso e a permanência das mesmas no quadro de servidores

¹ Dados obtidos em questionamento próprio à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Pelotas em 19/01/2020.

² Plano Institucional de Acessibilidade 20116-2020 da UFPel constitui elemento de colaboração à definição de uma política institucional de inclusão e acessibilidade, disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/files/2017/03/PLANO-INSTITUCIONAL-DE ACESSIBILIDADE.pdf>

da Universidade Federal de Pelotas. Além de questões institucionais, a análise de questões subjetivas envolvendo a participação social deste servidor no contexto do trabalho poderá contribuir para a promoção de sua cidadania. Portanto, a nossa pesquisa poderá contribuir para a inclusão do servidor com deficiência na UFPel, bem como compreender, a partir do tempo presente, como se dá a inserção e o protagonismo dessas pessoas nos grupos sociais ao qual se vinculam e na construção de uma história institucional sobre o tema.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 05/10/1988.
- _____. Decreto-Lei n. 3.298/99. **Regulamentou a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília. 20/12/1999. Acesso em 22/09/2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.
- _____. Lei nº 8.112/1990. **Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais**. Brasília. 11/12/1990. Acessado em 22/09/2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm.
- DE FARIA CRUZ, Heloisa; DA CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, n. 2, 2007.
- GARCIA, V. G. **As pessoas com deficiência na história do mundo**. Rio de Janeiro. 02/10/2011. Acessado em 22/09/2020. Online. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcdmundial#:~:text=02%2F10%2F2011%20%2D%20Vi,n%C3%ADcius%20Gaspar%20Garcia.&text=N%C3%A3o%20se%20pode%20visualizar%20um,para%20outro%20num%20mesmo%20per%C3%ADodo>.
- GUGEL, M. A. Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta. Goiânia: Ed. da UCG, 2016.
- UFPEL. **Plano Institucional de Acessibilidade 2016-2020**. Pelotas. 30/12/2015. Acessado em 22/09/2020. da UFPel disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/files/2017/03/PLANO-INSTITUCIONAL-DE-ACESSIBILIDADE.pdf>.
- MAGALHÃES, Karina de Carvalho. **A pessoa com deficiência e o universo do trabalho**. Campinas. 20/04/2016. Acessado em 22/09/2020. Online. Disponível em: <http://jornal.puc-campinas.edu.br/a-pessoa-com-deficiencia-e-o-universo-do-trabalho/>.
- SANTHIAGO, Ricardo; DE MAGALHÃES, Valéria Barbosa. **Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância**. Anos 90, v. 27, p. 1-18, 2020.
- THOMPSON. **História Oral e contemporaneidade**. In: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n o 5, Junho de 2002, p. 9-28.